



**COMUNICAÇÃO PRÉVIA – OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS**

Req. – 01.04.01

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

N.º DE CONTRIBUINTE

NOME COMPLETO

MORADA / SEDE

CÓDIGO POSTAL

-

FREGUESIA

TELEF./TELEM.

FAX

E-MAIL

B.I. / CARTÃO DO  
CIDADÃO

NA QUALIDADE DE

Proprietário  Outra

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO PRÉDIO**

NOME COMPLETO

MORADA / SEDE

CÓDIGO POSTAL

-

FREGUESIA

TELEF./TELEM.

FAX

E-MAIL

B.I. / CARTÃO DO  
CIDADÃO

N.º DE CONTRIBUINTE

**IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**

PRÉDIO DESCRITO NA  
C.R.P. SOB O N.º

FREGUESIA

MORADA

**Objeto da Comunicação**

Vem comunicar a V. Ex.<sup>a</sup>, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, a intenção de efetuar, no prédio supra identificado, a seguinte operação urbanística:

Antecedentes:

Informação prévia favorável válida – Processo com a Ref.<sup>a</sup>:

Outros processos anteriores – Ref.<sup>a</sup>:

Solicito o faseamento das obras de edificação ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 59.º do RJUE.

Solicita a indicação das entidades que, ao abrigo da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação, ao abrigo do disposto no n.º 7, do artigo 9.º do RJUE.

Autorizo que as comunicações efetuadas ao longo do presente procedimento sejam processadas através de telefone ou correio eletrónico acima mencionado, nos termos do n.º 1, do artigo 63.º do CPA.

**DECLARO** prestar por este meio, para os efeitos previstos no disposto nos artigos 6.º, n.º 1, alínea a), 9.º, n.º 2, alínea a) e 13.º do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral Proteção de Dados), o meu **consentimento expresso para a recolha, utilização e tratamento dos meus dados pessoais**, constantes do presente requerimento e dos documentos necessários à instrução do mesmo e que por minha vontade informei/fornei, ao Município do Montijo, pessoa coletiva n.º 502 834 846, responsável pelo tratamento de dados, com sede na Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo, no exercício das atribuições e competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação atributiva de competências às autarquias locais, com a estrita finalidade identificada neste requerimento, e durante o período de tempo que durar este processo, sem prejuízo das normas previstas no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais à data vigente que define os prazos de conservação administrativa aplicável à documentação produzida e recebida pelas autarquias locais no âmbito das suas atribuições e competências, salvo no caso de, por minha vontade ou por motivo de força maior, deixarem de estar reunidas as condições necessárias para prossecução do meu processo/requerimento/preensão administrativa, sendo que, neste último caso, os referidos dados poderão ser conservados para efeitos de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, sem limite temporal, desde que anonimizados, pseudonimizados ou cifrados de forma a deixarem de revestir a natureza de dados pessoais para os efeitos da lei.

**MAIS DECLARO permitir**, sem prejuízo do atrás exposto, ser contactado pelo Município do Montijo por carta ou ofício, por expedição de correspondência postal para a morada identificada no processo, SMS, e-mail, telefone ou qualquer outra plataforma eletrónica ou digital, bem como **AUTORIZO** e fico ciente da necessidade/possibilidade, em razão da natureza do processo, do envio dos meus dados, designadamente, às entidades seguintes: Autoridade Tributária, Segurança Social, Tribunais, Agentes de Execução de Penhoras, Cartórios Notariais Privados, Advogados, Diversos Subcontratados, SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Seguradoras, Sindicatos, Casas Abrigo, Escolas e Agrupamentos escolares, Juntas de Freguesia, Entidades Formadoras, Instituições Públicas, Redes Sociais.

Tomei conhecimento de que a falta de consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais inviabilizará a análise, instrução e decisão do meu processo/requerimento/preensão administrativa.

O Município do Montijo garante a confidencialidade deste processo e bem assim da documentação recebida e as informações transmitidas pelo(s) requerente(s) que serão utilizados unicamente no âmbito do referido neste processo e dentro dos limites estritamente necessários para assegurar o bom processamento e análise do requerido.

Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Município da Montijo compromete-se, no âmbito do processo apresentado, a cumprir o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidas no âmbito deste processo, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para finalidades determinantes de recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros. Para mais informação está disponível no sítio da internet do município a [Política de Privacidade e Tratamento de Dados](#).

**DECLARO AINDA**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, ter tomado conhecimento do direito a retirar o meu consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos meus dados pessoais, à oposição à continuação de tratamento dos meus dados pessoais, a solicitar ao responsável pelo tratamento de dados pessoais o acesso aos mesmos, bem como a respetiva retificação ou apagamento, incluindo o exercício do “direito a ser esquecido”, a apresentar queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados, obtendo, para o efeito, junto do Município da Montijo os contactos da mesma, a ser informado(a), a pedido, sobre as finalidades do tratamento, as categorias dos dados envolvidos, a identidade dos destinatários a quem tenham sido divulgados e o período de conservação dos meus dados pessoais, e o direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação dos meus dados pessoais.

Para o exercício dos direitos dos titulares dos dados acima identificados, o Município do Montijo designou um Encarregado de Proteção de Dados cujo endereço eletrónico e morada são, respetivamente, os seguintes: [dpo@mun-montijo.pt](mailto:dpo@mun-montijo.pt), Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo.

Pelo exposto, **DECLARO** para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, ter tomado pleno conhecimento e compreendido devidamente os direitos que me assistem relativamente aos meus dados pessoais e o teor completo da presente declaração tendo prestado livremente e de forma esclarecida o meu consentimento.

de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Montijo, \_\_\_\_\_

O comunicante,

Assinatura do comunicante ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar.

ENTRADA	
PREENCHER PELOS SERVIÇOS	ENTRADA N.º <input type="text"/>
	DATA <input type="text"/>
	REQUERIMENTO <input type="text"/>
	PROCESSO <input type="text"/>
	O FUNCIONÁRIO <input type="text"/>

INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS	DESPACHO
A PREENCHER PELOS SERVIÇOS	A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

## Comunicação Prévia

### ELEMENTOS A APRESENTAR COM O Req - COMUNICAÇÃO PRÉVIA – OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Req. – 01.04.01

Documentos instrutórios do requerimento de comunicação prévia referente à realização de operações urbanísticas, de acordo com o estipulado no Anexo I, Capítulo I e Capítulo IV, n.º 24 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Edital n.º 242/2018, de 1 de março de 2018 e demais legislação específica abaixo referida:

#### DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- Certidão de descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial;  
ou  
Quando prédios omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais;  
E ainda  
Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente de um dos documentos anteriores.
- Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município;
- Levantamento topográfico à escala 1:500, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano);
- Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 17.º do RJUE, com indicação do respetivo procedimento administrativo, (*conforme minuta 7 – Declaração que respeita os limites constantes da informação prévia favorável, dos documentos instrutórios*);
- Projeto da operação urbanística:
  - Memória descritiva de acordo com o n.º 5 do Capítulo I, do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, a qual deve conter:
    - a) Área objeto do pedido;
    - b) Caracterização da operação urbanística;
    - c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
    - d) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
    - e) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
    - f) Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos;
    - g) Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais, contendo, quando existam, as alterações na via pública;
- Outros documentos de acordo com o n.º 24 do Capítulo IV, do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril:
  - Projetos das especialidades que integrem a obra bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra, (*conforme minuta 5 – Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, dos documentos instrutórios*).

- Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo InCI, I. P. que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra;
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação;
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos, (*conforme minutas 1 – Calendarização da execução da obra, dos documentos instrutórios*);
- Estimativa do custo total da obra, (*conforme minutas 2 – Estimativa do custo da obra, dos documentos instrutórios*);
- Documento comprovativo da prestação de caução;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro;
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;
- Plano de segurança e saúde;
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.
- Suporte digital dos elementos instrutórios de acordo com o Edital n.º 242/18, de 1 de março e do Anexo II da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

#### **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUANDO HAJA LUGAR A PARECERES**

- Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei, exceto se estas já se pronunciaram favoravelmente no âmbito da operação de loteamento ou plano de pormenor, nos termos do n.º 2, do artigo 13.º do RJUE, caso em que será indicado o procedimento e os termos em que tal pronúncia ocorreu;

Caso pretenda o **FASEAMENTO DA OBRA** deverá apresentar:

- Peça/s desenhada/s (FASEAMENTO) que defina/m cada uma das fases;
- Peça/s escrita/s (FASEAMENTO) com indicação dos prazos em que se propõe apresentar os projectos de especialidades correspondentes a cada uma das fases.

*Normas e procedimentos na submissão e apreciação de projetos deverão ser consultadas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Edital n.º 242/2018, de 1 de março de 2018*

**Nota:** Todas as plantas e extratos terão que ser apresentados em originais emitidos há menos de 1 ano.